

## VIOÊNCIA NA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

João Francisco Garcia REIS<sup>1</sup>

### Resumo

O trabalho tem o objetivo de demonstrar, a partir dos registros das ocorrências nas delegacias da Mesorregião Metropolitana de Belém (composta pelos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara) o comportamento de doze tipos penais no período de 2008 a 2014 e focar a participação municipal com olhar exclusivo para o ano derradeiro (2014). Os resultados apontam o crescimento (a partir do cálculo dos respectivos índices de criminalidade por 100.000 habitantes) o crescimento dos estupros, estupros de vulneráveis, da violência doméstica, das mortes no trânsito, no consumo pessoal de drogas e nos homicídios – no mesmo período diminuem na Mesorregião Metropolitana de Belém (MRMB) as ameaças, os furtos e os roubos. Os níveis são preocupantes e expressam a fragilidade das políticas públicas adotadas.

**Palavras-chave:** Crimes, municípios, segurança pública.

### VIOLENCE IN THE METROPOLITAN MESOREGION OF BELEM

### Abstract

This paper aims to demonstrate, from the records of incidents in police stations in the metropolitan mesoregion of Belem (composed of the municipalities of Belem, Ananindeua, Marituba, Benevides and Santa Barbara), twelve types of criminal behavior in the period 2008-2014 and focus on municipal involvement with exclusive look at the last year (2014). Results point out the increase (from the calculation of their crime rates per 100,000 inhabitants) of rape, rape of vulnerable, domestic violence, traffic deaths, personal drug use and homicides – at the same time, threats, thefts and robberies decreased in the metropolitan mesoregion of Belem (MRMB). The levels are worrying and express the fragility of public policies adopted.

**Keywords:** crimes, municipalities, public safety.

## INTRODUÇÃO

Falar de violência é sempre um desafio pela dificuldade de sua conceituação (que são diversas), pela ausência de registros que expressem a realidade (subnotificação), pela necessidade de entendê-la em cada espaço geográfico formado e concebido por interações diferenciadas que resultam em diferentes causas e percepções, e, pela dificuldade de dados atualizados que expressem as realidades sociais. No entanto é necessário tentar, pois, o problema da (in) segurança pública tem sido um dos fatores perturbadores da sociedade brasileira. Nesse sentido, observa-se que o “Brasil tem indicadores de mortes matadas equivalentes ou superiores aos de países que vivem situação de guerra ou conflito civil armado” (WAISELFISZ, 2015, p.9), e que “entre os anos de 1980 e 2012 a população teve um crescimento em torno de 61%, as mortes

---

<sup>1</sup> Professor do Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP). Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutorando do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP). e-mail: [garcia36911@gmail.com](mailto:garcia36911@gmail.com)

matadas, por arma de fogo, cresceram 387%, mas entre os jovens esse percentual foi superior a 460%” (Ibidem 2015, p.21).

Somente uma década após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o rito constitucional estabeleceu segurança pública como dever do estado e responsabilidade de todos<sup>2</sup>. O “Sistema de Segurança Pública” não tem autonomia administrativa, financeira, orçamentária e funcional das instituições envolvidas, o que temos são planos que nascem no Brasil no ano de 2000, com a criação do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), surgindo em 2007, o Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (PRONASCI). No caso do estado do Pará não temos sequer plano de segurança pública definido.

As discussões enfocam diversas causas para a violência (pessoais, estruturais, culturais, etc.), e para agravar a situação, ainda não temos política de segurança pública estruturada, como vimos temos planos, diferentemente da saúde e da educação, que têm orçamentos definidos em todas as esferas públicas (federal, estadual e municipal).

A partir desse cenário o trabalho não tem a intenção de desnudar as causas da violência, até porque são múltiplas e ocorrem a partir da interação de vários atores e grupos sociais e no vivenciar de oposições socialmente muito fortes<sup>3</sup>. Para discutir a questão utilizou-se os índices de progresso social na Amazônia brasileira (IPS), o comportamento das finanças públicas municipais e o comportamento dos tipos penais registrados no Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará (SIEDS)<sup>4</sup>, que também não contempla todas as ocorrências, mas, que representam

<sup>2</sup> Artigo 144 da CF de 1988. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

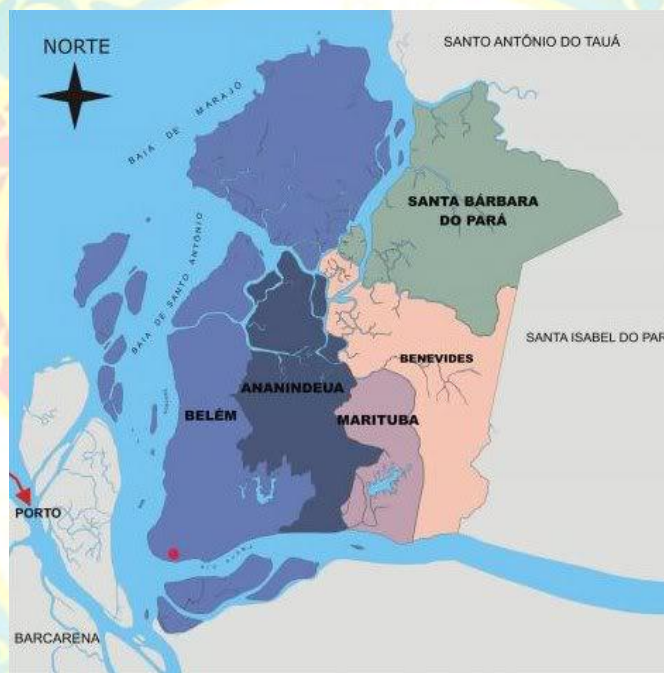
- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

<sup>3</sup> Bourdieu (2011) cita que existem oposições socialmente muito fortes, individual x coletivo, consciente x inconsciente. Interessado x desinteressado, objetivo x subjetivo, etc. e afirma a sua pequena possibilidade de chegar a transmitir realmente, apenas pela virtude do discurso, os princípios das disposições práticas, o ‘ofício’, no qual eles se encarnam.

<sup>4</sup> A estrutura atual do SIEDS foi criada em 28 de dezembro de 2011, tem a Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) como órgão central do SIEDS, é composta pela Polícia Militar do Pará (PMPA), Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA), Polícia Civil do Pará (PCPA), Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN), Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará (SSIPE) e Centro de Perícias Científicas Renato Chaves (CPCRC). Essas instituições, com suas

os fatos que perturbam os cidadãos levando-os a realizarem os registros nas delegacias da Polícia Civil do Pará (PCPA). A intensão é caracterizar a MRMB e buscar relações perceptíveis entre os diversos indicadores apresentados.

### A MRMB E SEUS MUNICÍPIOS



**Figura 01:** A Mesorregião Metropolitana de Belém  
**Fonte:** IDESP

*Ananindeua:* A cidade é originária de ribeirinhos e começou a ser povoada a partir da antiga Estrada de Ferro de Bragança. O Município possui 14 ilhas de natureza quase intocada que serve como um verdadeiro centro de reprodução de toda diversidade biológica da floresta Amazônica. As ilhas de Ananindeua são quase todas habitadas. O nome Ananindeua deve-se a existência de grande quantidade da árvore denominada Ananin, que crescia à margem do igarapé que recebeu o nome de Ananindeua. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Ananindeua, pelo Decreto-lei Estadual n.º 4.505, de 30-12-1943. A maior manifestação religiosa e, ao mesmo tempo, a maior expressão popular do Município, é a festa do Círio de Nossa Senhora das Graças, a Santa Padroeira, comemorada no terceiro domingo de julho. As manifestações

estruturas de aparato técnico, logístico e pessoal, têm a responsabilidade de combater a criminalidade no Estado do Pará de forma integrada.



da cultura popular são representadas por boi-bumbá, pássaros e quadrilha junina, presentes em algumas comunidades locais.

*Belém:* Em 12 de janeiro de 1616, a cidade de Belém foi fundada por Francisco Caldeira Castelo Branco. Elevado à categoria de município com a denominação de Santa Maria de Belém do Pará, após a criação de várias vilas, vilarejos e respectivos desmembramentos, tomou de Belém. Em divisão territorial datada de 2001, o município passa a ser constituído pelos distritos de Belém, Bengui, Entroncamento, Guamá, Icoaraci, Mosqueiro, Outeiro e Sacramenta. Belém é a primeira cidade paraense e a capital do estado do Pará. A maior manifestação religiosa do município de Belém e uma das maiores do Brasil é o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, (considerado o "Natal do paraense") realizado no segundo domingo de outubro. O termo "Círio" tem origem na palavra latina "cereus" (de cera), que significa vela grande. A procissão acontece no segundo domingo de outubro. A comida típica (maniçoba, tacaca, pato no tucupi e o açaí) também é destaque.

*Benevides:* Benevides surge como uma colônia agrícola, que foi reconhecida como povoado sob a invocação de São Miguel Arcanjo, já pertenceu aos municípios de Belém, Santa Izabel do Pará e Ananindeua. Em 29 de dezembro de 1961, Benevides foi reconhecido como Município, mediante a promulgação da Lei nº 2.460, atualmente Benevides conta com dois distritos, Benevides e Benfica. O evento popular de maior expressão do município de Benevides é a festa de Nossa Senhora do Carmo, a Santa Padroeira da cidade que acontece no segundo domingo do mês de julho. A principal manifestação de Benevides é o boi-bumbá. Entretanto, não existem grupos permanentemente organizados no local.

*Marituba:* A origem do topônimo Marituba vem da língua indígena (nhengatu), que significa Lugar abundante de Maris (ou Umaris), árvore que dá frutos comestíveis; Tuba significa lugar abundante. Da junção desses dois vocábulos surgiu o nome Marituba. Foi elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Marituba, pela Lei Estadual n.º 5.857, de 22-09-1994, desmembrado de Benevides.

*Santa Bárbara:* A origem do povoado remontaria ao terceiro decênio do sec. XIX, nos idos da Cabanagem, onde os cabanos ali teriam se aquartelado, e embaixo das mangueiras, talvez à espera do momento oportuno para tomar de assalto a capital da província (Belém), encontraram, semienterrada, uma pequena imagem a qual identificaram como sendo de Santa Bárbara, daí a origem do nome do local. Foi elevado

à categoria de município com a denominação de Santa Bárbara do Pará, pela lei estadual nº 5693, de 13-12-1991, desmembrado de Benevides.

### DADOS DA MRMB 2008 A 2014

Primeiramente gostaríamos de focar a importância do Estado nos processos, como necessário e fundamental, como cita Maria Tavares.

É preciso ter claro que a intervenção do Estado sempre foi absolutamente relevante, seja para dar lugar a um processo de industrialização e acumulação capitalista, seja em situações de guerra ou reconstrução. De maneira que não adianta que o paradigma liberal diga que o mercado funciona bem, que a intervenção deve ser a mínima possível, porque em crise, em guerra, ou no surgimento industrial de qualquer nação, o Estado intervém sempre. (TAVARES, 1988, p. 26).

Temos claro, que avaliar sem medir é cometer grave erro, e no caso do Estado que tem a obrigação legal de ser eficiente<sup>5</sup>, a aferição dos resultados, a percepção dos comportamentos e acompanhamentos criteriosos, são fundamentais para alcançar os objetivos almejados a partir de um planejamento capaz. Dentro da discussão é interessante acrescentar os esforços de (MATUS, 1997), que enfoca que planejar deve contemplar simultaneamente o preceder (pensar antecipadamente) e o presidir (conduzir os processos necessários), também afirma que negar o planejamento é negar a possibilidade de escolher o futuro e aceitá-lo, seja qual for. Daí a importância da utilização dos indicadores como uma das possibilidades de acompanhar os processos. Destacamos que a imagem captada pelos indicadores são reduções da realidade, ou seja, tratam-se de representações simplificadas da realidade, sendo melhor na razão direta da especificidade, da confiabilidade e da precisão das informações utilizadas para sua construção.

Além da qualidade necessária, a disponibilidade de dados que possam compor análises sobre as áreas de interesses é fundamental. No caso, o Pará ainda carece de dados, nos municípios não dispomos de cartas atualizadas de ruas e avenidas, população por bairros, etc., bem como poucos esforços são percebidos na construção de banco de

---

<sup>5</sup> Alexandre de Moraes quando trata da Administração Pública, expõe o seguinte conceito do princípio da eficiência: “Princípio da eficiência é aquele que impõe à Administração Pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para a melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitar desperdícios e garantir-se uma maior rentabilidade social”.



dados e disponibilização de informações sistematizadas, o que torna a construção de indicadores limitada, apesar da determinação e do processo de transparência em construção, pelo menos na letra da lei<sup>6</sup>. Tratar de uma área tão sensível às mudanças como segurança pública é necessário a utilização de dados atuais, o que nem sempre é possível; para suprir essa deficiência buscamos, a partir dos dados disponíveis (índice de progresso social, população, registros das ocorrências, frota de veículos, indicadores sociais) relacioná-los para buscar fotografar os perfis de violência na MRMB e municípios.

### Índice de progresso social (IPS)

Progresso social é definido como a “*capacidade da sociedade em satisfazer as necessidades humanas básicas, estabelecer as estruturas que garantam qualidade de vida aos cidadãos e dar oportunidades para que todos os indivíduos possam atingir seu potencial máximo*” (SPI, 2014). A partir dessa definição, surgem três questões fundamentais para avaliar o progresso social de um determinado local, seja um país, estado ou um município:

- 1) As necessidades mais essenciais da população estão sendo atendidas?
- 2) Existem estruturas que garantam aos indivíduos e comunidades melhorar ou manter seu bem-estar?
- 3) Há oportunidades para que todos os indivíduos atinjam seu potencial pleno?

A partir dessas questões derivam-se as três dimensões do IPS:

- 1) Necessidades Humanas Básicas,
- 2) Fundamentos para o Bem-estar,
- 3) Oportunidades.

Cada uma dessas dimensões é composta por quatro componentes, e cada componente é constituído por três a seis indicadores que foram aferidos numericamente e classificados. Os resultados variam de zero (pior) a 100 (melhor), e estão classificados em relação a todos os municípios amazônicos (771). Todos os resultados recebem um cartão verde (bom resultado), amarelo (neutro) ou vermelho (fraco) em relação a outros

---

<sup>6</sup> A Lei Federal n 12.527 de 18 de novembro de 2011, regula o acesso às informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 05 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

27 municípios dos diversos estados amazônicos que estão na mesma faixa de renda. No trabalho, organizaram-se a partir dos dados disponíveis os IPS dos municípios que compõem a MRMB.

**Tabela 01:** Dados dos índices de progresso social na Amazônia brasileira, 2014, referentes aos municípios que compõem a MRMB.

126

Fatores observados	Belém			Ananindeua			Marituba			Benevides			Santa Bárbara		
	Pontuação	Classificação	Situação	Pontuação	Classificação	Situação	Pontuação	Classificação	Situação	Pontuação	Classificação	Situação	Pontuação	Classificação	Situação
<b>Índices de progresso social 2014</b>	70,20	4		65,15	49		60,26	238		62,69	107		57,39	371	
<b>Renda per capita anual 2010</b>	R\$ 10.246,00	13		R\$ 6.777,00	98		R\$ 4.584,00	288		R\$ 4.630,00	282		R\$ 3.447,00	450	
<b>Necessidades humanas básicas</b>	73,41	22		62,87	209		59,53	341		68,57	62		62,08	235	
<b>Fundamentos para o bem estar</b>	71,73	157		71,41	171		68,08	285		66,85	329		55,92	661	
<b>Acesso ao conhecimento básico</b>	69,72	70		69,63	72		67,81	125		66,89	152		62,09	333	
Analfabetismo															
Acesso ao ensino médio															
Qualidade da educação															
Acesso ao ensino fundamental															
<b>Acesso à informação e comunicação</b>	63,44	292		63,44	292		51,32	378		51,32	378		14,8	625	
Conexão de voz															
Conexão de dados de internet móvel															
<b>Saúde e bem-estar</b>	70,17	447		72,18	321		72,75	287		70,43	431		68,97	521	
Suicídio															
<b>Sustentabilidade dos ecossistemas</b>	83,61	155		80,39	206		80,43	205		78,75	241		77,83	264	
Desmatamento recente															
Áreas degradadas															
Desperdício de água															
Desmatamento acumulado															
Áreas Protegidas															
<b>Oportunidades</b>	65,47	4		61,18	13		53,18	146		52,66	168		54,16	118	
<b>Direitos individuais</b>	55,81	43		54,50	60		45,51	330		40,68	607		54,68	59	
Mobilidade urbana															
Pessoas ameaçadas															
<b>Liberdade individual e de escolha</b>	85,52	13		80,52	38		69,4	239		73,29	157		77,15	78	
Vulnerabilidade familiar															
Acesso à cultura, esporte e lazer															
<b>Tolerância e inclusão</b>	79,07	5		78,74	7		75,37	21		73,17	36		66,69	271	
Violência contra a mulher															
<b>Acesso à educação superior</b>	41,48	9		30,95	46		22,45	186		23,51	155		18,19	371	

Fonte: IPS, Scorecard, Estado do Pará.

Os dados referentes ao ano de 2014, classificam os fatores observados com base na comparação dos 771 municípios que compõem a Amazônia brasileira; pode-se observar que Belém apresenta posição privilegiada, IPS de 70,20, o que a coloca no quarto lugar entre as cidades amazônicas e bem melhor que as demais cidades da MRMB. Belém também supera as demais em renda per capita, no atendimento das necessidades humanas básicas, nos fundamentos para o bem-estar.

### Indicadores gerenciais municipais

São indicadores que expressam as possibilidades de caminhada da gestão municipal, a partir do aporte, da capacidade e emprego de recursos, assim definidos:

**Nível de investimento** – Mede o nível de investimento em relação à receita total.

**Transferências intergovernamentais** – Mede a capacidade da prefeitura de gerar receitas de origem tributária e de contribuição econômica para cada Real de transferências intergovernamentais. Quanto menor o indicador, maior é a dependência das transferências intergovernamentais.

**Receita tributária per capita** – Afere a média da receita de tributos por cidadão no município.

**Vinculação da receita corrente** – Mede a parcela da receita corrente cuja destinação é definida em leis e/ou convênios. Quanto maior o indicador, menor a liberdade do gestor municipal em decidir a alocação dos recursos.

**Capacidade de poupar** – Mede a parcela disponível da receita corrente após a cobertura das despesas de pessoal e custeio e da amortização e juros da dívida. Quanto maior o indicador, maior a capacidade de financiar investimentos.

**Resultado fiscal** – Mede o percentual que a prefeitura conseguiu economizar ou que gastou a mais frente à receita total.

**Despesa com prestação de serviços per capita** – Mede o gasto corrente por cidadão para a prestação de serviços.

**Investimento per capita** – Mede o investimento médio por cidadão no município.

**Endividamento bruto** – Mede o percentual entre receita orçamentária e de operações de crédito, precatórias, obrigações a pagar em circulação, obrigações legais e tributárias.

**Tabela 02:** Indicadores gerenciais municipais dos municípios que compõem a MRMB, referentes ao ano de 2013.

Dados	Belém	Ananindeua	Marituba	Benevides	Santa Bárbara
Nível de investimento	8,48%	11,88%	5,06%	5,32%	14,34%
Transferências intergovernamentais	0,46	0,17	0,06	0,14	0,03
Receita tributária per capita	374,41	117,6	75,86	150,33	37,25
Vinculação da receita corrente	49,75%	60,30%	77,30%	59,12%	58,62%
Capacidade de poupar	9,11%	17,40%	20,25%	10,45%	11,98%
Resultado fiscal	5,83%	7,45%	15,19%	15,77%	1,85%
Despesa com prestação de serviços per capita	1124,86	723,56	1198,57	1365,35	1094,79
Investimento per capita	127,78	116,34	76,97	65,82	188,84
Endividamento bruto	21,61%	33,14%	12,95%	0,00%	10,83%
Receita total	2.243.774.882,59	464.404.000,00	179.063.000,00	69.365.000,00	24.677.000,00

Fonte: SICONFI

Em linhas gerais observa-se uma dificuldade de relacionar os municípios, por possuírem receitas muito diferentes, mas pode-se afirmar que Belém tem a possibilidade de aplicar maior volume de recursos e Santa Bárbara o menor, bem como Belém é mais



independente devido às transferências intragovernamentais, às receitas tributárias per capita e o resultado fiscal. Os outros valores pouco indicam, em termos de efetividade do atendimento da população, mas servem para concluir que os municípios mais aquinhoados são Belém e Ananindeua e os mais pobres são Benevides e Santa Bárbara. Os dados também indicam que municípios tão próximos têm características bem diferentes em termos de recursos.

128

### **Características do entorno**

Este indicador apresenta aspectos importantes da infraestrutura urbana. São eles: presença de iluminação pública, pavimentação, urbanização, bueiros, lixo não acumulado nas vias públicas, não existência de esgoto a céu aberto, meio fio, calçada de cadeirante. O resultado é a média dessas características; quando mais próximo de 100% melhor será, quando mais próximo de zero, pior será o município.

### **Índice de criminalidade**

Para melhorar a leitura dos fenômenos utilizou-se o cálculo do índice de criminalidade por 100.000 habitantes, a população calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e os registros das ocorrências disponíveis no Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) da SEGUP, dispensados os registros realizados nas Delegacias Virtuais e registros duplicados. Os indicadores de criminalidade são utilizados na mensuração da atividade criminosa, permitem a comparação entre diversos espaços (estados, municípios, bairros, regiões...) mantendo a mesma regra proporcional, nesse trabalho utilizamos os seguintes índices:

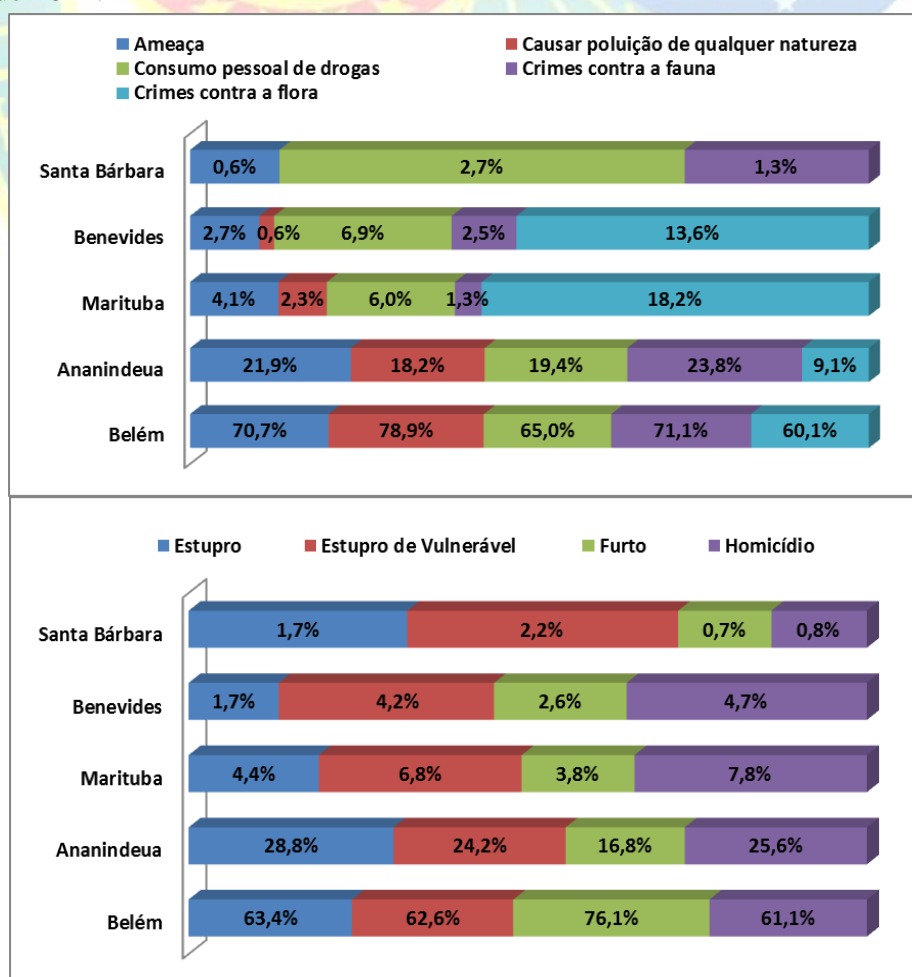
1. Índice de ameaça (IA) – indica a relação entre o número total de crimes de ameaças ocorridos em uma comunidade (Região, município) pela população total de moradores dessa área, tomando-se por grupo de 100.000 (cem mil) habitantes.
2. Índice de lesão corporal (ILC) – indica a relação entre o número total de crimes de lesão corporal ocorridos em uma comunidade (Região, município) pela população total de moradores dessa área, tomando-se por grupo de 100.000 (cem mil) habitantes.
3. Índice de estupro (IE) – indica a relação entre o número total de crimes de estupro ocorridos em uma comunidade (Região, município) pela população

- total de moradores dessa área, tomando-se por grupo de 100.000 (cem mil) habitantes.
4. Índice de estupro de vulnerável (IEV) – indica a relação entre o número total de crimes de estupro de vulneráveis ocorridos em uma comunidade (Região, município) pela população total de moradores dessa área, tomando-se por grupo de 100.000 (cem mil) habitantes.
  5. Índice de violência doméstica (IVD) – indica a relação entre o número total de crimes de violência doméstica ocorridos em uma comunidade (Região, município) pela população total de moradores dessa área, tomando-se por grupo de 100.000 (cem mil) habitantes.
  6. Índice de lesão corporal culposa na direção de veículo (ILCDV) – indica a relação entre o número total de crimes de lesão corporal culposa na direção de veículo ocorridos em uma comunidade (Região, município) pela população total de moradores dessa área, tomando-se por grupo de 100.000 (cem mil) habitantes.
  7. Índice de homicídio culposo na direção de veículo (IHDV) – indica a relação entre o número total de crimes de homicídio culposo na direção de veículo ocorrida em uma comunidade (Região, município) pela população total de moradores dessa área, tomando-se por grupo de 100.000 (cem mil) habitantes.
  8. Índice de roubo (IR) – indica a relação entre o número total de roubos ocorridos em uma comunidade (Região, município) pela população total de moradores dessa área, tomando-se por grupo de 100.000 (cem mil) habitantes.
  9. Índice de furto (IF) – indica a relação entre o número total de furtos ocorridos em uma comunidade (Região, município) pela população total de moradores dessa área, tomando-se por grupo de 100.000 (cem mil) habitantes.
  10. Índice de consumo pessoal de drogas (ICD) – indica a relação entre o número total de consumo pessoal de drogas ocorrido em uma comunidade (Região, município) pela população total de moradores dessa área, tomando-se por grupo de 100.000 (cem mil) habitantes.
  11. Índice de tráfico de drogas (ITD) – indica a relação entre o número total de roubos ocorridos em uma comunidade (Região, município) pela população total de moradores dessa área, tomando-se por grupo de 100.000 (cem mil) habitantes.

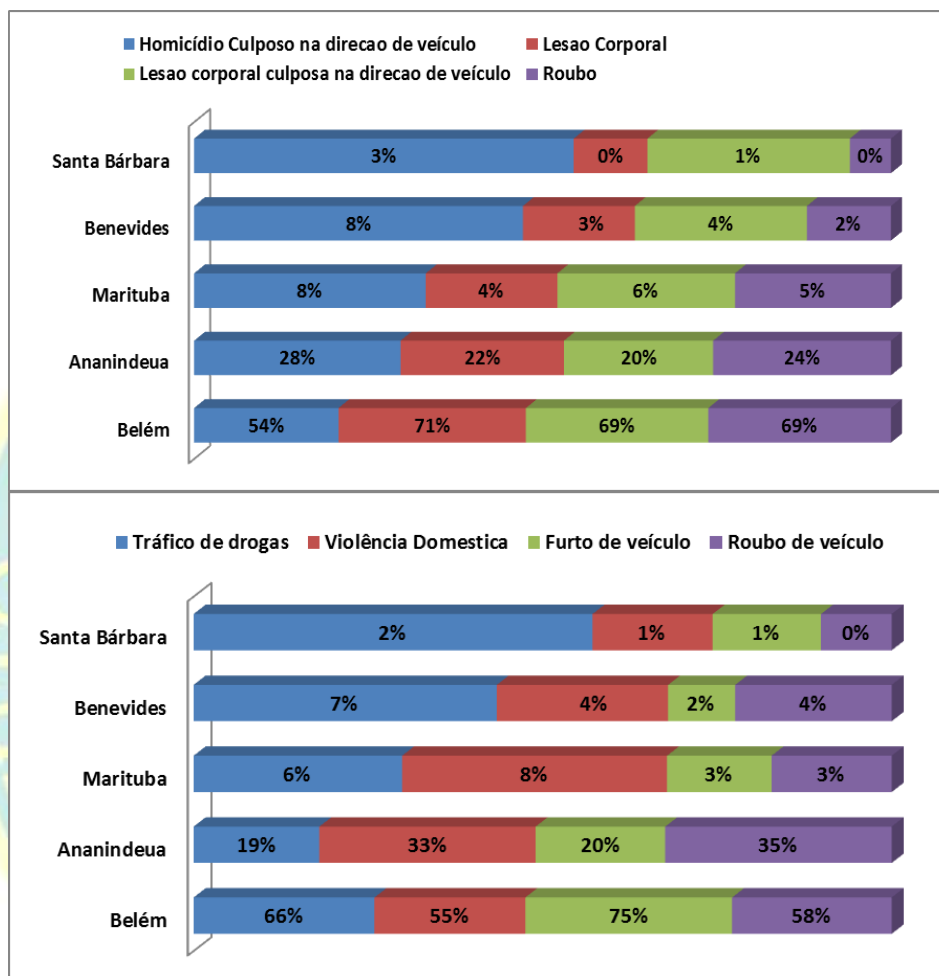
12. Índice de homicídio (IH) – indica a relação entre o número total de crimes de homicídio ocorridos em uma comunidade (Região, município) pela população total de moradores dessa área, tomando-se por grupo de 100.000 (cem mil) habitantes.

Na tentativa de facilitar a percepção do comportamento dos tipos penais estudados utilizaram-se os IC no período de 2008 a 2014 para a MRMB e os IC municipais referentes ao ano de 2014, tal decisão demonstra o comportamento do crime na área maior e calcado nos dados mais recentes a comparação das partes (municípios componentes) como o todo (no caso a MRMB), como se passa a apresentar sob a forma de figuras.

**Figura 02:** Participação dos municípios da MRMB nos diversos tipos penais, referentes ao ano de 2014.



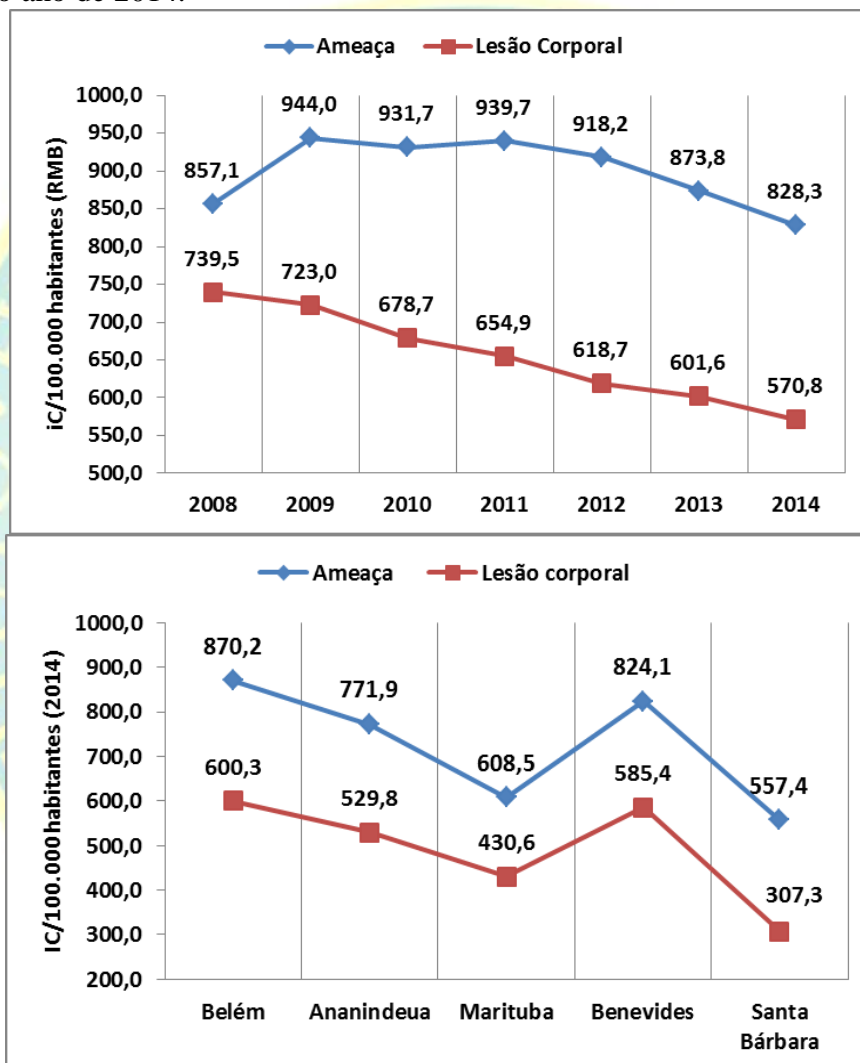




Fonte: SISP.

Quando olhamos para os espaços geográficos (localização) e contabilizamos os registros das ocorrências ocorridas no ano de 2014, verificamos que a cidade de Belém detém os maiores registros nos tipos penais estudados, sendo responsável por mais de 65%; em segundo lugar aparece o município de Ananindeua, seguido por Marituba, Benevides e finalmente Santa Bárbara. Esses dados apesar de importantes não propiciam a comparação da violência entre os municípios, pois, os diversos espaços são formados por áreas e populações diferenciadas. Para facilitar as análises passamos a demonstrar os IC.

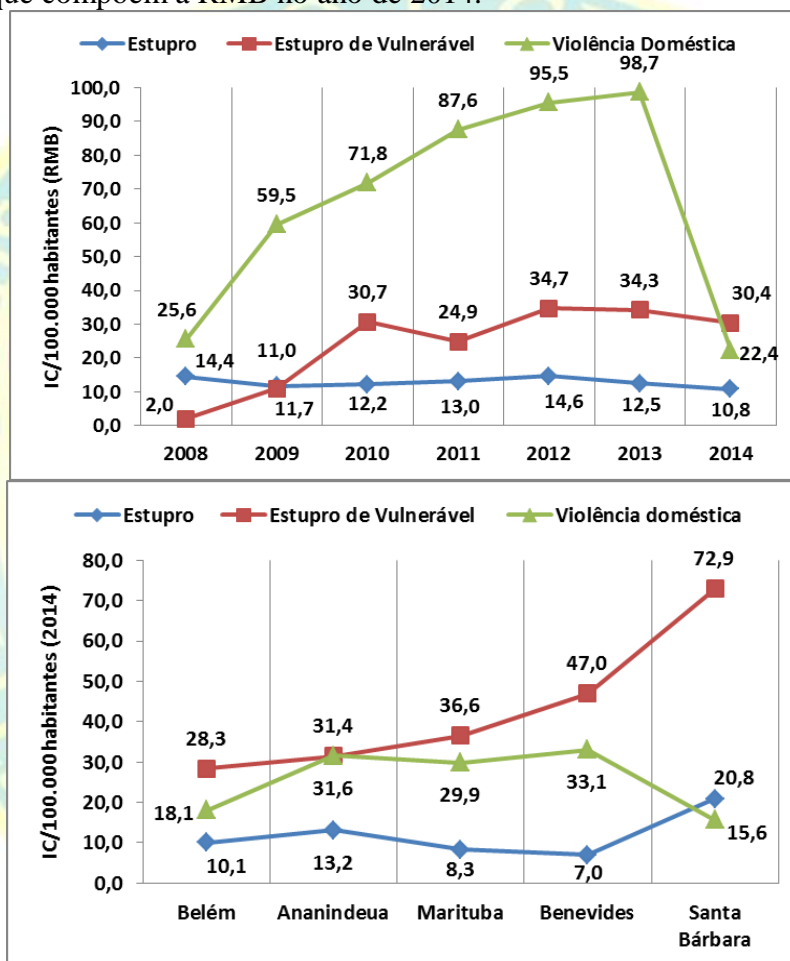
**Figura 03:** Comportamento dos crimes de ameaça e lesão corporal a partir dos respectivos IC da MRMB no período de 2008 a 2014 e dos municípios que compõem a MRMB no ano de 2014.



Fonte: SISP.

Na figura 03 acima percebemos a diminuição nos IC/100.000 habitantes das ameaças (857,1 em 2008, para 828,3 em 2014), nas lesões corporais (739,5 em 2008 para 570,8 em 2014) na Mesorregião Metropolitana de Belém. A capital paraense no ano de 2014 apresenta maiores IC das ameaças e lesões corporais, 870,2 e 600,3, respectivamente, seguida pelo município de Benevides com 824,1 (ameaças) e 585,4 (lesão corporal).

**Figura 04:** Comportamento dos crimes de estupro, estupro de vulnerável e violência doméstica a partir dos respectivos IC - da RMB no período de 2008 a 2014 e dos municípios que compõem a RMB no ano de 2014.

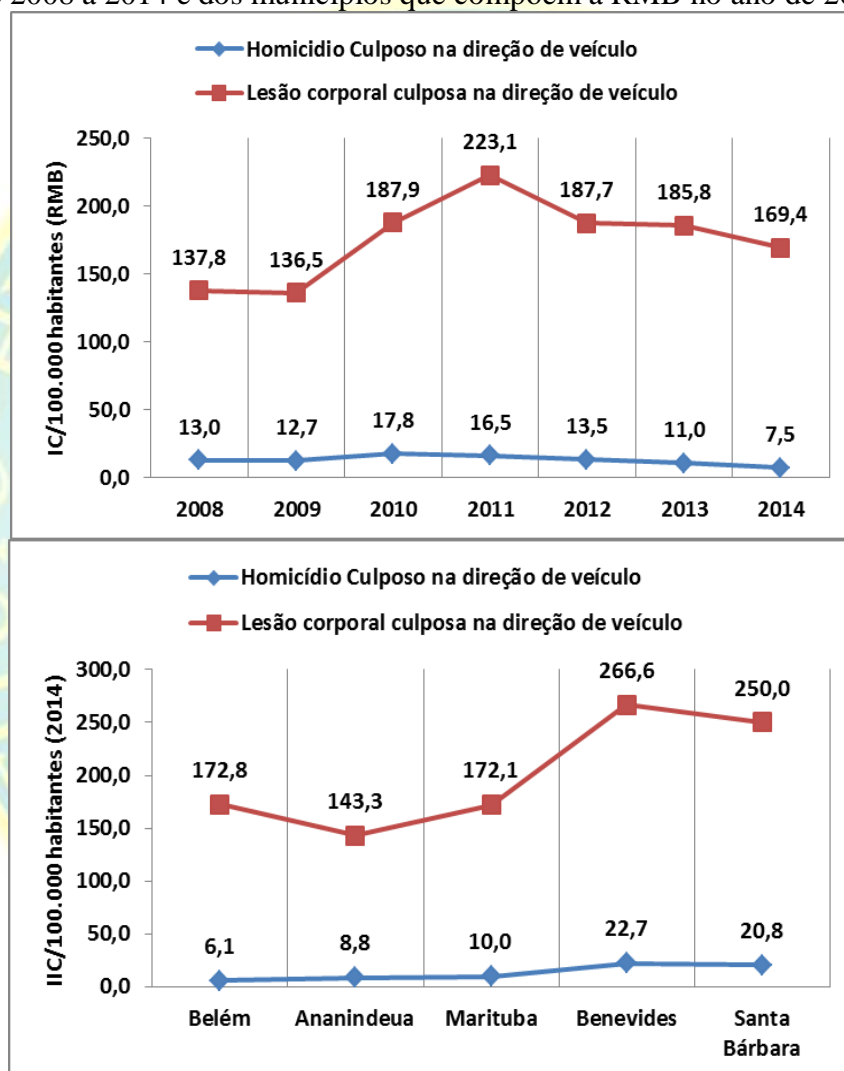


Fonte: SISP.

Na figura 04 acima percebemos o crescimento do IC do crime de violência doméstica na MRMB entre 2008 (25,6) até 2013 (98,7), tendo no ano derradeiro (2014) um abrupto decréscimo para 22,4; nesse ano os municípios que apresentam os maiores IC são Benevides e Ananindeua, com 33,1 e 31,6, respectivamente. O estupro de vulnerável na RMB, no período de 2008 a 2014, cresce de 2,0 para 30,4, no último ano (2014) os maiores IC são dos municípios de Santa Bárbara e de Benevides, com 72,9 e 47,0, respectivamente. A violência doméstica na RMB, no período de 2008 a 2014, decresce de 14,4 para 10,8, no último ano (2014) os maiores IC são dos municípios de Santa Bárbara e Ananindeua, com 20,8 e 13,2, respectivamente.



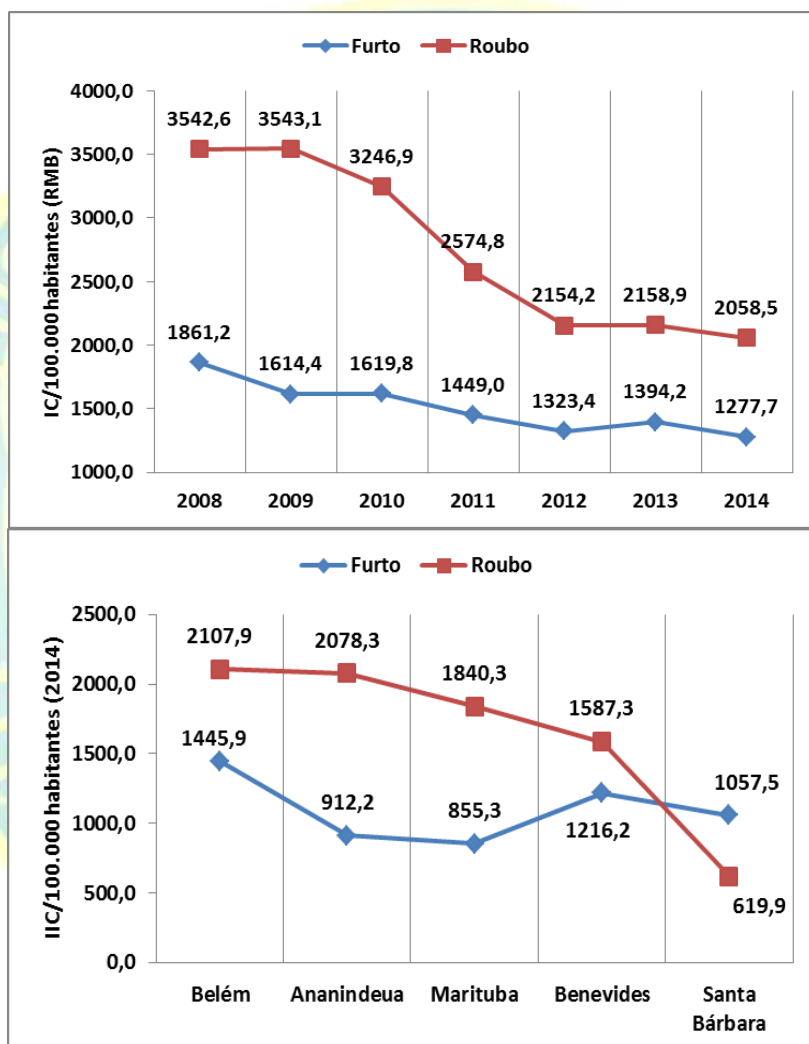
**Figura 05:** Comportamento dos crimes de homicídio culposos na direção de veículo, lesão corporal culposa na direção de veículo a partir dos respectivos IC - da RMB no período de 2008 a 2014 e dos municípios que compõem a RMB no ano de 2014.



Fonte: SISP.

Na figura 05 acima percebemos o crescimento nos IC/100.000 habitantes na MRMB das lesões corporais culposas (137,8 em 2008, para 169,4 em 2014), nesse ano os municípios que apresentam os maiores IC são Benevides e Santa Bárbara e, com 266,6 e 250,0, respectivamente. Percebe-se o decréscimo nos homicídios culposos na direção de veículos (13,0 em 2008 para 7,5 em 2014) na MRMB, no ano de 2014, Benevides e Santa Bárbara apresentam os maiores IC com 22,7 e 20,8, respectivamente.

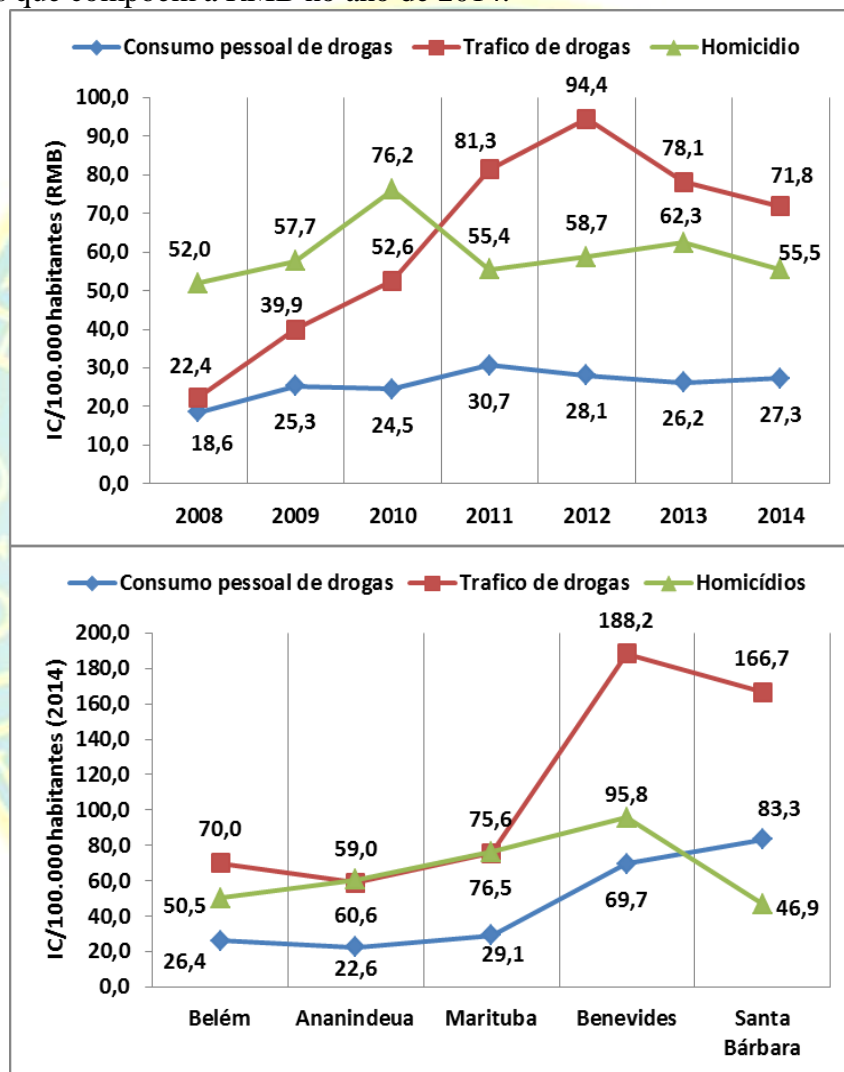
**Figura 06:** Comportamento dos crimes de furto e roubo a partir dos respectivos IC - da RMB no período de 2008 a 2014 e dos municípios que compõem a RMB no ano de 2014.



Fonte: SISP.

Na figura 06 percebemos a diminuição nos IC/100.000 habitantes na MRMB dos roubos (137,8 em 2008, para 169,4 em 2014), no ano de 2014 os municípios que apresentam os maiores IC são Belém e Ananindeua, com 2107,9 e 2078,3, respectivamente. Percebe-se a diminuição do IC dos furtos na MRMB (1861,2 em 2008 para 1277,7 em 2014), no ano de 2014, Belém e Benevides apresentam os maiores IC com 1445,9 e 1216,2, respectivamente.

**Figura 07:** Comportamento dos crimes de consumo pessoal de drogas, tráfico de drogas e homicídios a partir dos respectivos IC - da RMB no período de 2008 a 2014 e dos municípios que compõem a RMB no ano de 2014.



Fonte: SISP.

Na figura 07 acima percebemos crescimento nos IC/100.000 habitantes na MRMB do consumo pessoal de drogas (18,6 em 2008, para 27,3 em 2014), no ano de 2014 os municípios que apresentam os maiores IC são Santa Bárbara e Benevides, com 83,3 e 69,7, respectivamente. Percebe-se crescimento do IC do tráfico de drogas na MRMB (22,4 em 2008 para 71,8 em 2014), no ano de 2014, Benevides e Santa Bárbara apresentam os maiores IC com 188,2 e 166,7, respectivamente. Temos crescimento do IC de homicídios na MRMB (52,0 em 2008 para 55,5 em 2014), no ano de 2014, Benevides e Marituba apresentam os maiores IC com 95,8 e 76,5 respectivamente.



## RESUMO INFORMATIVO

**Tabela 01:** Resumos dos dados da MRMB e respectivos municípios, referentes ao ano de 2014.

Fatores observados	Belém		Ananindeua		Marituba		Benevides		Santa Bárbara	
	Valor	Situação	Valor	Situação	Valor	Situação	Valor	Situação	Valor	Situação
Índice de progresso social 2014	70,20		65,15		60,26		62,69		57,39	
Necessidades humanas básicas	73,41		62,87		59,53		68,57		62,08	
Fundamentos para o bem estar	71,73		71,41		68,08		66,85		55,92	
Acesso ao conhecimento básico	69,72		69,63		67,81		66,89		62,09	
Acesso à informação e comunicação	63,44		63,44		51,32		51,32		14,8	
Oportunidades	65,47		61,18		53,18		52,66		54,16	
Direitos individuais	55,81		54,50		45,51		40,68		54,68	
Vulnerabilidade familiar										
Acesso à cultura, esporte e lazer										
Tolerância e inclusão	79,07		78,74		75,37		73,17		66,69	
Acesso à educação superior	41,48		30,95		22,45		23,51		18,19	
Receita tributária per capita anual	R\$ 374,41		R\$ 117,60		R\$ 75,86		R\$ 150,33		R\$ 37,25	
Investimento per capita anual	R\$ 127,78		R\$ 116,34		R\$ 76,97		R\$ 65,82		R\$ 188,84	
Renda per capita anual 2010	R\$ 10.246,00		R\$ 6.777,00		R\$ 4.584,00		R\$ 4.630,00		R\$ 3.447,00	
Renda per capita mensal 2010	R\$ 853,83		R\$ 564,75		R\$ 382,00		R\$ 385,83		R\$ 287,25	
Características do entorno	52%		45%		29%		33%		34%	
IC/100.000 hab de ameaça	870,2		771,9		608,5		824,1		557,4	
IC/100.000 hab de lesão corporal	600,3		529,8		430,6		585,4		307,3	
IC/100.000 hab de lesão corporal culposa na direção de veículo	172,8		143,3		172,1		266,6		250,0	
IC/100.000 hab de homicídio culposo na direção de veículo	6,1		8,8		10,0		22,7		20,8	
IC/100.000 hab de furto	1445,9		912,2		855,3		1216,2		1057,5	
IC/100.000 hab de roubo	2107,9		2078,3		1840,3		1587,3		619,9	
IC/100.000 hab de consumo de drogas	26,4		22,6		29,1		69,7		83,3	
IC/100.000 hab de tráfico de drogas	70,0		59,0		75,6		188,2		166,7	
IC/100.000 hab de homicídio	50,5		60,6		76,5		95,8		46,9	
IC/100.000 hab de estupro	10,1		13,2		8,3		7,0		20,8	
IC/100.000 hab de estupro de vulneráveis	28,3		31,4		36,6		47,0		72,9	
IC/100.000 hab de violência doméstica	18,1		31,6		29,9		33,1		15,6	

**Fontes:** SISF, IBGE, IPS (adaptação do autor).

A tabela 01 retrata um resumo dos fatores observados, onde se verifica que os municípios de Benevides e Santa Bárbara (nessa ordem) apresentam os piores índices de criminalidade, seguidos por Belém; Santa Bárbara tem o pior desempenho em relação aos dados do IPS de seus componentes e de gestão financeira, seguido por Benevides em ambos.

Benevides lidera negativamente as lesões corporais culposas na direção de veículos (266,6), nos homicídios culposos na direção de veículos (22,7), no tráfico de drogas (188,2), nos homicídios (95,8), na violência doméstica (33,1), além de ocupar o segundo pior resultado nas ameaças, nas lesões corporais, nos furtos nos estupros de vulneráveis.

Santa Bárbara lidera negativamente o consumo de drogas (83,3), os estupros (20,8), os estupros de vulneráveis (72,9), além de ocupar o segundo pior resultado nas lesões corporais culposas na direção de veículos, nos homicídios culposos na direção de veículos e no tráfico de drogas. Belém lidera nas ameaças (870,2), nas lesões corporais (600,3), nos furtos (1445,9) e nos roubos (2107,9).

Em síntese os municípios de Benevides e Santa Bárbara, apresentam os piores resultados nas variáveis da violência, que podem estar ligados à baixa capacidade de investimento e de receita per capita, que determinam problemas sociais, que repercutem nos fundamentos do bem-estar, no acesso à informação e comunicação, nas oportunidades, no acesso à educação superior, que interferem negativamente nos níveis de oportunidades, na tolerância e na inclusão social, que também repercutem nos indicadores de segurança pública.

138

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou trazer para o debate acadêmico o comportamento da violência na MRMB no período de 2008 a 2014, e avaliar a participação dos municípios componentes a partir da observação de três variáveis: o IPS, os dados referentes à gestão dos recursos municipais e os IC por 100.000 habitantes. Os resultados nos indicaram problemas de toda ordem e níveis de fragilidades sociais diferenciadas, que “geralmente” são acompanhadas de elevados índices de criminalidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ananindeua (PA). **Prefeitura 2012**. Disponível em: <http://www.ananindeua.pa.gov.br>. Acesso em: 09 de agosto de 2015.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). Acesso em: 10 de agosto de 2015.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1957, v. 14, p. 293-297.
- IDESP. Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará. **Estatística municipal: Marituba** 2011. Disponível em: <http://iah.iec.pa.gov.br/iah/fulltext/georeferenciamento/marituba.pdf>. Acesso em: 25 de julho de 2015.
- MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 5ª ed. rev., ampliada e atual. São Paulo: Atlas, 1999 p. 294.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mortes matadas por armas de fogo: mapa da violência**. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>. Acesso em: 12 de agosto de 2015.